

# Estado e democracia boliviana em tempos de plurinacionalidade

---

## *State and Bolivian democracy in times of plurinationality*

Danila Aguiar

### RESUMO

A Bolívia experimenta desde 2005 com a primeira eleição de Evo Morales um momento relevante em sua história política – que se diferencia da democracia pactuada vivenciada pelo país e a redemocratização inaugurada em meados nos anos 70/80 – onde um grande projeto político que inicialmente se denominava “Instrumento Político para a Soberania dos Povos” reconhecia, ao menos em discurso, a multiculturalidade do país, bem como a necessidade de nacionalização de seus recursos naturais, uma resposta política às lutas antiimperialistas vivenciadas desde o ano 2000. Passados mais de oito anos de governo do MAS, cisões vêm acontecendo principalmente depois da primeira reeleição – em 2009 –, junto às críticas cada vez mais incisivas em relação às medidas econômicas baseadas na exportação de *commodities* e a postura do governo perante os movimentos sociais e o movimento indígena. Investigaremos as delineações do Estado boliviano e seu modelo econômico-produtivo, destacando a relação do governo com as transnacionais que ainda possuem um papel significativo no extrativismo no país. A partir dessa problematização, nos perguntamos quais as diferenças entre o modelo neoliberal e o modelo implantado com a nova constituição do Estado Plurinacional da Bolívia.

**Palavras-chave:** Bolívia, Estado, plurinação.

### ABSTRACT

The Bolivian experience since 2005 with the first election of Evo Morales an important moment in his political history - which differs from the agreed democracy experienced by the country and inaugurated in mid-democratization in the years 70/80 - a large political project that initially was called “Political Instrument for the Sovereignty of the Peoples” recognized, at least in discourse, multiculturalism of the country as well as the need for nationalization of natural resources, a policy response to anti-imperialist struggles experienced since 2000 After eight years of government of MAS, divisions have been going especially after the reelection, along with increasingly trenchant criticism from economic measures based on the export of commodities and the government’s stance between state, social movements and the indigenous movement. It as a research subject the delineations of the Bolivian state and its economic-productive model, highlighting the relationship between the government and transnational corporations that still have a significant role in extraction in the country. From this questioning, we wonder what the differences between the neoliberal model and the model introduced with the new constitution of the “Plurinational” State of Bolivia.

**Keywords:** Bolivia, State, “plurination”.

Recebido em:  
19 de julho de 2014  
Aprovado em:  
6 de setembro de 2014

## Introdução

A Bolívia experimenta desde 2005 com a primeira eleição de Evo Morales um momento relevante em sua história política – que se diferencia da democracia pactuada vivenciada pelo país e a redemocratização inaugurada em meados nos anos 70/80 – onde um grande projeto político que inicialmente se denominava “Instrumento Político para a Soberania dos Povos (IPSP)” reconhecia, ao menos em discurso, a multiculturalidade do país, bem como a necessidade de nacionalização de seus recursos naturais, uma resposta política às lutas antiimperialistas vivenciadas desde o ano 2000. Na Bolívia, surge uma nova delimitação de Estado, que vai reformando as estruturas liberais instauradas desde a república nascida em 1825 e que foi grande responsável pelas políticas excludentes e centralistas, bem como por todo o controle de terra e riqueza do país, encabeçada pelo campesino indígena que ascendeu ao poder (SVAMPA e STEFANONI, 2007). A iniciativa de se criar um “Instrumento político” vinha como resultado de uma demanda para substituir uma ordem política vigente, onde uma minoria dominava politicamente e os partidos políticos sempre apareciam defendendo interesses que serviam ao neoliberalismo. O Movimento ao Socialismo (MAS-IPSP), dentro dessa nova delimitação de participação popular, foi fundado inicialmente como um partido político de base campesina e indígena, em uma tentativa de trazer representantes da grande maioria da população boliviana ao poder político, demonstrando um grande avanço em termos de participação.

O modelo do “capitalismo andino”, que posteriormente foi substituído em discurso principalmente pelo vice-presidente, Álvaro García Linera em “socialismo comunitário” – sem termos uma clara definição sobre as diferenças entre os dois, bem como os sujeitos que iriam realizá-los – não se faz incontestado. Passados oito anos de governo masista, crises vêm acontecendo principalmente depois da reeleição, junto às críticas cada vez mais incisivas em relação às medidas econômicas baseadas na exportação de *commodities* e em relação às decisões do governo vista perante os movimentos sociais e o movimento indígena.

Investigaremos as delimitações do Estado boliviano e seu atual modelo econômico-produtivo, destacando a relação do governo com as transnacionais que ainda possuem um papel significativo no extrativismo no país. Entendemos que se avançou em termos de democracia participativa na Bolívia, porém muito ainda precisa-se avançar em relação às medidas econômicas que sustentam a economia do país, como a produção mineira estatal – que hoje parece marginalizada – visto que a presença do Estado nesse setor não supera, há anos, a marca dos 10% do valor total das exportações mineiras do país, mesmo que a nova constituição de 2009 vise à nacionalização dos recursos naturais, bem como a consulta à população sobre essas práticas extrativistas. A partir dessa problematização, nos perguntamos quais as diferenças entre o modelo neoliberal e o modelo implantado com a nova constituição do Estado Plurinacional da Bolívia.

Da formação aos primeiros anos de governo do MAS-IPSP:  
discursos e críticas

Antes de ser candidato à presidência pela primeira vez, em 2002, onde ficou em segundo lugar, Evo Morales<sup>1</sup> ficou conhecido como um importante líder indígena do movimento cocalero. Um movimento social que se transformaria em movimento político ao passo que a consciência social foi se transformando em consciência política. Ainda no congresso da *Central Obrera Boliviana* de 1987, se começa a falar na criação de um instrumento político de forma não objetiva. Apenas entre os anos de 1992 e de maneira mais enfática em 1995, organizações sociais camponesas convocaram e decidiram consolidar o instrumento político de maneira orgânica (HARNECKER e FUENTES, 2008, p. 71). No “*Congreso de Tierra, Territorio e Instrumento Político en Santa Cruz*” de 1995, que antes tinha caráter camponês e agora era também sindical-político, ficou estabelecida a criação de um instrumento político nomeado de “*Asamblea por la Soberanía de los Pueblos - ASP*” (). Com a ASP, em 1997, se disputam cadeiras no parlamento, onde Alejo Véliz, que não se elege, expulsa Evo Morales da ASP sob a acusação de Morales estar realizando contra-campanha. Nesse contexto, Evo Morales enfatiza que: “*Nós, então, vamos fazer o Instrumento Político pela Soberania dos Povos, eles que fiquem com o nome de Asamblea pela Soberania dos Povos*”<sup>2</sup> (p. 71). Tenta, assim, se inscrever na corte eleitoral, quando por três vezes teve esse pedido negado. Nesse mesmo ano de 1997, a Corte Nacional Eleitoral sob as determinações da direita política, não reconhece nenhum dos dois instrumentos políticos aqui citados. Dessa forma, registra-se o partido político MAS (fato que só foi possível porque antes essa sigla nunca havia sido apresentada às eleições) e Evo Morales com essa sigla se lança às eleições municipais.

O MAS-IPSP, de base camponesa e indígena, se encaixaria em termos teóricos no que explica Gohn (1997:123), quando se vê que “a política passa a ser uma dimensão da vida social [...] uma perspectiva que abriu a possibilidade para se pensar o poder na esfera pública da sociedade civil”, perpassando também por aspectos culturais e simbólicos, especificamente no caso boliviano, sem renunciar à luta pelo poder político do Estado, voltando à cena a ação coletiva, os novos discursos e horizontes.

Evo Morales ganha pela primeira vez as eleições para presidente sob este registro, com Álvaro García Linera como vice, em 2005. Desenvolvemos ao longo do artigo a ideia de que o interesse de classe de cada grupo político expressa um interesse particular, que pretende se tornar hegemônico para fazer passar este interesse particular como o interesse geral da sociedade, num sentido gramsciano do termo hegemonia. Dando continuidade à democracia direta, participativa, o governo obtém em referendo realizado em junho de 2006, 53% dos votos a favor para que se convocasse a Assembléia Constituinte, demanda da anteriormente mencionada “agenda de outubro”<sup>3</sup>. Em agosto de 2008, em outro referendo revocatório, ratifica-se a nova constituição do Estado plurinacional da Bolívia que passou a vigorar em 2009. Vários países da América Latina passaram por situações de instabilidade política refletidas em constantes destituições presidenciais, golpes e

1. Foi dirigente de produtores de coca do vale do *El Chapare* (situada em uma região tropical), defendendo o cultivo legal da folha de coca, se pondo em frente à erradicação forçosa e a outras políticas restritivas.

2. No original: *Nosotros, entonces, vamos a hacer el Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos, ellos que se queden con el nombre de Asamblea por la Soberanía de los Pueblos*

3. De acordo com Cunha Filho (2009), faz referência ao mês em que se deram os mais violentos confrontos da Guerra do Gás e a renúncia do então presidente Sánchez de Lozada. É uma promessa política que mais tarde seria apropriada pelo MAS e pelo governo de Evo Morales. Entre as reivindicações estão a nacionalização do gás e demais recursos naturais, convocação da Assembléia Constituinte, o reconhecimento dos diversos povos originários e a punição aos responsáveis pelas mortes do “Outubro Negro”.

na conseqüente falta de credibilidade do sistema partidário vigente e da representação política como um todo. Peña e Lillo (2009) ressaltam que este contexto de exclusão dos setores populares e de busca por novos espaços em defesa do ideário democrático facilitou a abertura e o reaparecimento de movimentos sociais e novos líderes no cenário político. Os insurgentes movimentos contestatórios procuravam se alocar no aparelho estatal, para então reformá-lo, muitas vezes alterando-se as frações de classe no bloco no poder. Respondiam a um processo que clamava por novas institucionalidades diante de uma ruptura política que se fez necessária e que se tornou projeto central do governo de Morales. Entre as mudanças em lei que pretendem resguardar a participação popular e democrática, destacam-se os novos mecanismos de gestão participativa com a ampliação dos direitos políticos (individuais e coletivos), controle popular e autonomia indígena, com o reconhecimento das 36 nações originárias.

A reconstrução do Estado boliviano, que passaria de unitário a autônomo, trouxe como objetivos o controle estatal de pelo menos 30% do PIB, a nacionalização parcial dos hidrocarbonetos e empresas de serviços, bem como a reforma agrária, uma das polêmicas ações do governo masista em relação aos movimentos sociais que o apoiaram, bem como no campo da esquerda boliviana, por não incluir a expropriação da propriedade privada (STEFANONI, 2006). Em 2009, Morales se reelegeu com mais de 63% dos votos (superando os quase 54% do primeiro mandato, um recorde que pouco provavelmente poderia ser melhorado), contra 27% de Manfred Reyes Villa, seu principal rival direitista, depois de aprovada a nova constituição que lhe permitiu reeleger-se. O MAS herdaria, assim, a capacidade de negociação e de organização coletiva do período de resistências aos ditames neoliberais que resultaram nos conflitos de 2000-2005, com a guerra da água e as duas guerras do gás. Alavancou a esperança por mudanças significativas e duradouras nos paradigmas políticos e econômicos da Bolívia e consolidou o apoio entre os setores populares bem como entre os setores médios, como uma incipiente “burguesia paceña” – em referência à capital, La Paz – que também encontramos denominada de “burguesia aimará” (MURAKAWA, 2014). Também as ações-símbolo, como chamado ao novo nacionalismo, que permeiam o universo de governo, a exemplo de uma das maiores promessas de campanha de Morales ainda para o segundo mandato, como o lançamento do satélite Tupac Katari – que leva o nome do importante líder indígena que foi morto pelos espanhóis, em referência à história política do país para perfazer o universo recente de luta.

Estas iniciativas nacionalistas são parte da postura seguida pelo partido, que, sempre que possível, procura escolher datas e nomes para os diversos projetos que façam referência a figuras e marcos políticos importantes e característicos do país e da tradição indígena.

A crise de legitimidade do Estado boliviano, verificada pela não conclusão dos mandatos presidenciais, deposições e levantes populares, teve seu estopim no ano 2000, combinada com o renascimento de um movimento mestiço de demanda étnica, política e cultural que atravessou

sa a história boliviana desde a última década. As estruturas de governo do Estado boliviano foram desenvolvidas de forma que se possibilitou a existência de uma autoridade local regional e de um poder patronal que cancelava a democracia boliviana em alguns territórios. Esta classe social estabeleceu um poder departamental, parlamentar, chegou e ocupou o âmbito presidencial até meados dos anos 2000, apoiados em políticas abertamente neoliberais. Membros da mesma classe ocupavam tanto os postos mais simples como os mais altos cargos de Estado, situação comum em nosso subcontinente.

Uma das características das mudanças políticas na Bolívia, além de todos os levantes sociais, foi a vitória eleitoral do MAS em 2005 que rompeu esta cadeia de poder. Luís Tapia assinala que a vitória do MAS está montada em uma série de alianças com forças políticas representativas em cada região, sejam sindicatos de camponeses, assembléias de povos indígenas, entre outras organizações:

Por um tempo, no início de seu governo, Evo Morales realizou reuniões diárias - bem cedo todos os dias - com os diferentes movimentos sociais e reuniões de avaliação de gabinete, especialmente com as organizações dos aliados da sociedade civil. Há uma ligação, mais contínua antes, especialmente entre Evo Morales e estas organizações da sociedade civil, mas isso não equivale a um governo dos movimentos sociais<sup>4</sup>. (TAPIA, 2009, p. 143)

Com essa afirmação, Tapia reacende o debate de que o partido de Evo Morales estava representando uma série de interesses que não advinham somente do movimento indígena ou cocalero, de onde vinha o futuro presidente. Era um processo de crescimento de forças populares junto ao crescimento do MAS, que mais do que um partido, integra e potencializava o crescimento e participação popular, no início das eleições de 2005, mas que aproveitava uma conjuntura dada pelo fracasso do sistema político vigente, onde os partidos se revezavam no poder. Contudo, segundo o autor e professor boliviano, o partido de Morales pretendeu monopolizar o poder eleitoral de maneira rápida, impedindo, por exemplo, que houvesse candidaturas de esquerda, de outros setores populares independentes, utilizando-se de uma política de abuso de poder para isso<sup>5</sup>. Com tais medidas, o MAS tem fortalecido, segundo o autor, a oposição crescente dentro da esquerda política, incluindo decisivamente os indigenistas. O Movimento ao Socialismo apresentou-se e conseguiu apoio como um partido antineoliberal, porém, permaneceu com a lógica precedente de como se fazer política, não rompendo com as instituições já existentes, incluindo as formas criticadas e que pretendia reformar. Em uma publicação recente, Tapia fornece elementos para que possamos entender porque ele fala em uma democracia que o MAS mistifica uma democracia direta, que não acontece e que parece cada vez mais distante:

Eles eram, na verdade atos plebiscitários de apoio ao presidente, mas não momentos de deliberação democrática. Esta dinâmica de encontros supostamente representativos e inclusivos foi substituindo a democracia dinâmica e direta. O MAS, porém, nunca organizou uma instância de deliberação coletiva à tomada de decisão. Ele tem-se concentrado cada vez mais nas decisões de cúpula do executivo. A este respeito, o MAS tem operado uma substituição da política democrática por uma combinação de política simbólica e política

4. No original: Durante un tiempo, al principio de su gobierno, Evo Morales mantuvo reuniones diarias – bien temprano cada día – con los diferentes movimientos sociales y reuniones de evaluación del gabinete sobre todo con aquellas organizaciones de la sociedad civil aliadas. Hay un vínculo, más continuo antes, sobre todo entre Evo Morales y estas organizaciones de la sociedad civil, pero eso no equivale a un gobierno de los movimientos sociales.

5. Uma política incoerente, visto que no período anterior a sua estada na presidência, os fundadores do MAS (dentre eles o presidente Evo Morales) relegaram qualquer impedimento de candidatura, repressão que sofreram, também, quando tentavam se candidatar com o nome de Instrumento Político para a Soberania dos Povos.

6. No original: *En realidad eran actos plebiscitarios de apoyo al presidente pero no momentos de deliberación democrática. Esta dinámica de reuniones supuestamente representativas e inclusivas ha ido sustituyendo la dinámica de la democracia directa. El MAS nunca organizó una instancia de deliberación colectiva para la toma de decisiones. Ha ido concentrando cada vez más las decisiones en la cúpula del poder ejecutivo. En este sentido, el MAS ha ido operando una sustitución de la política democrática por una combinación de política representativa y política simbólica, es decir, la escenificación de la representación, comunicación e inclusión de lo popular en una serie de actos plebiscitarios no deliberativos, en los que se renueva la jerarquía de los nuevos sujetos dominantes.*

7. No original: *Reconducción Comunitaria de la Reforma Agraria aprobada en noviembre del 2006. ¿Cuáles son los mecanismos centrales? Son los tres que he mencionado muy rápidamente, primero la reversión por la causa de incumplimiento de la función económico-social, es decir, la producción sostenible y compatible con el interés colectivo. Esa sí es la disposición antilatifundiaría redistributiva central. La reversión es el retorno de la tierra al dominio del Estado sin cargo ni indemnización, a diferencia del otro mecanismo más conocido que es la expropiación, que por definición impone una indemnización justa. La reversión no; sin indemnización. Y esto marca los alcances más resueltos, o si quieren, el carácter más radical de la reforma agraria boliviana, respecto de su antecesora de 1953 y de todos los demás procesos análogos en el continente. (ALAMARAZ, apud SVAMPA et al., 2010, p. 217-18)*

representativa, ou seja, a encenação da representação, comunicação e inclusão do popular em uma série de atos plebiscitários não deliberativos, onde a hierarquia do novo tema dominante é renovada<sup>6</sup> (TAPIA, 2011, p 111-112)

O autor completa a crítica afirmando que o MAS está operando como uma força que está “*reduzindo, acabando e suprimindo esta linha de política organizada com autonomia, com o pluralismo e uma carga crítica com relação às estruturas de dominação e exploração*”, o que para ele é a atitude mais insensata se o partido pretende ir a frente em sua revolução descolonizadora (TAPIA, ., p. 115). O fato é que o governo do MAS parece ainda não ter encontrado pelo caminho adversários políticos nem ligados à direita política, nem à esquerda, o que podemos ver reafirmado com a segunda reeleição de Evo Morales em 2014, desta vez com 61,04% dos votos válidos, inclusive no departamento de Santa Cruz, caracterizando a aliança de classes do governo.

Em relação à nova constituição, em vigor desde 2009, Alejandro Almaraz, ex vice-ministro de Terras do governo evista, agrega ao debate uma perspectiva crítica em relação à elaboração, que foi desenvolvida junto às diversas organizações sociais. Uma das principais críticas faz referência à reforma agrária, Almaraz ainda sob o cargo de vice-ministro, contesta que:

Existem poucas coisas novas na Constituição, quando comparado com a Lei 3545 sobre a renovação da Reforma Agrária aprovada em novembro de 2006. Quais são os mecanismos centrais? Eles são os três que eu mencionei muito rapidamente, primeiro, a reversão para a causa da falha da função econômica e social, ou seja, a produção sustentável e compatível com o interesse coletivo. Isso é realmente a disposição antilatifundiária e redistributiva central disponível. A reversão é o retorno de terra para a propriedade estatal sem acusação ou compensação, ao contrário do outro mecanismo mais conhecido, a expropriação, o que, por definição, exige uma compensação justa. A reversão não; sem compensação. E isso marca o escopo resolvido, ou se quiser, a natureza radical de reforma agrária boliviana, sobre o seu antecessor de 1953 e todos os outros processos similares no continente<sup>7</sup>.(ALAMARAZ, apud SVAMPA et al., 2010, p. 217-18)

Almaraz ressalta o caminho dual tomado pelo governo boliviano, que em discurso mostra-se radical, mas que mantém posições moderadas e boas relações com uma incipiente burguesia oligárquica local. O tema da reforma agrária e das nacionalizações é recorrente quando se pretende caracterizar o governo em gestão. O autor, que antes afirmava que se poderia encontrar no governo de Morales maior igualdade e autonomia do que na sociedade capitalista neocolonial vivida no país até então, hoje sustenta que a economia comunitária do governo masista está pautada em nacionalizações relativas e em falsas reformas agrárias, afirmando que o Estado contemporâneo ainda não passa de uma máquina burocrática de poder. Almaraz acrescenta que a sociedade boliviana continuou não se identificando com seus representantes, o poder judiciário continua dependente do poder econômico, o que anula a possibilidade de reformas significativas do Estado boliviano por via democrática.

O Estado Plurinacional de Bolívia sob a perspectiva governista:  
contradições criativas? .....

O papel exercido pelo Estado nesta nova fase em busca de autonomia e desenvolvimento econômico passa a ter fundamental importância,

determinando também os rumos políticos encarados por um processo que procura combinar a aprendizagem derivada de uma longa experiência desenvolvimentista com as preocupações com a estabilidade econômica local. No caso boliviano, o Estado Plurinacional é o grande projeto que alavancou a campanha e eleição de Evo Morales e que, pautado em um novo texto constitucional, que responde às antigas demandas pelo reconhecimento a multiculturalidade de seu país, bem como a necessidade de nacionalização de seus recursos naturais, principal fonte de renda econômica na Bolívia. Porém, existem ressalvas quanto à continuação e efetivação dessa suposta recondução tomada por parte do governo para se mudar a realidade do país. O MAS, decisivamente na primeira eleição, em 2005, personificou a unidade dos heterogêneos movimentos sociais em busca de uma alternativa contra-hegemônica de governo como nenhum outro, incluindo a participação popular como objetivo de luta. Porém, mesmo antes da eleição, a esquerda política no país vem se fragmentando, principalmente a esquerda fiel ao marxismo eurocêntrico ou a uma visão essencialista latino-americana. O processo de mudanças na Bolívia tem sido objeto de amplas discussões teóricas com consequências políticas para intelectuais e militantes de todo subcontinente, por fazer parte de um momento único da história boliviana com o protagonismo dos movimentos sociais e da retomada do sentimento nacionalista “indígena” tão característico do país e da região.

De acordo com Álvaro García Linera, vice-presidente do país, a soberania de Estado na Bolívia contemporânea está vinculada à soberania do povo, que se manifesta não só a cada cinco anos, mas também cotidianamente, ao expor as necessidades e expectativas quanto aos rumos do país. Para Linera, a “revolução democrática e cultural” que está em curso desde 2005 com a eleição do MAS significa a quebra da democracia pactuada para que entre em cena o “governo dos movimentos sociais” – principalmente o movimento indígena, forma como ele mesmo classifica o “evismo”<sup>8</sup>. Ainda nas palavras do intelectual e político boliviano, os últimos conflitos entre o Estado e os movimentos sociais fazem parte do momento de “*contradicciones creativas*”. É o momento em que as tensões acontecem dentro do setor que protagonizou o processo de mudanças desde o fim da democracia pactuada, no interior do bloco nacional-popular que se consolida no poder, conforme demonstrado nos últimos índices eleitorais, quando Evo Morales conseguiu aumentar a quantidade de bolivianos votantes a seu favor. García Linera explica que são tensões criativas porque são subjacentes ao processo revolucionário que auxiliam e são fundamentais para o seu desenvolvimento como forças produtivas objetivas e subjetivas à revolução (STEFANONI, 2008).

A grande maioria dos conflitos envolve o modelo econômico-produtivo que o governo evista vem adotando, ainda baseado na exportação de *commodities*. A questão da industrialização, tido que o extrativismo é a principal fonte de renda do país, atrelada ao discurso de defesa da “pachamama”, ou seja, a luta do interesse comum entre o interesse corporativo são tensões que o evismo enfrenta cotidianamente, segundo o intelectual e vice-presidente García Linera. Ainda segundo Linera, são interesses conflituosos que não podem ser resolvidos imediatamen-

8. Definido como uma estratégia de poder coletiva, mesmo que o núcleo forte parta de uma pessoa, fundada nos movimentos sociais, reavendo os marxismos existentes, mas subordinando-os ao indigenismo (GARCÍA LINERA, 2006; STEFANONI, 2006; ORELLANA AILLÓN, 2006).

te mediante uma hegemonia mundial capitalista. Por isso, o “capitalismo andino” foi o termo e o modelo nacional produtivo que primeiro foi apresentado como possível para a Bolívia contemporânea. Consiste em explorar a base familiar da economia boliviana, modernizando-a, no sentido de “reduzir os mecanismos de subordinação dessas formas tradicionais ao capital, para possibilitar a melhora das condições tecnológicas da produção familiar, a maior rentabilidade interna e melhor distribuição das riquezas”, que enfraqueceria a “subsunção formal” partindo para uma aparência articulada, solidária, conforme acontecia nas comunidades indígenas (RAMÍREZ GALEGOS, STEFANONI, SVAMPA, 2009, p 80, apud SANTAELLA GONÇALVES, 2011). García Linera adverte com base no conceito de sua criação, que o socialismo não se constrói por forma de decreto e o que se passa na Bolívia é um desenvolvimento particular no âmbito do desenvolvimento geral do capitalismo. De qualquer forma, aponta que é um conceito que demonstra claramente que as alianças com setores da burguesia não são descartadas pelo governo boliviano masista, que não encobre as possibilidades atuais de mudanças dentro da perspectiva desenvolvimentista, para que se gerem processos que permitam pensar em um pós-capitalismo, utilizando-se do poder do Estado “*como artífice do empoderamento destas últimas por transferência de tecnologia e recursos*” (GARCÍA LINERA, 2008, p. 19). O Estado, por sua vez, é definido pelo vice-presidente como uma relação, que ele desenvolve mais além como:

[...] Uma estrutura das relações políticas territorializadas e, portanto, são os fluxos de relacionamentos passados e essas relações em matéria de dominação e formas de realização e legitimidade política. Este relação-Estado é sempre um processo político histórico em construção, em movimento, em fluxo. Mas há momentos na história que esta evolução se move em um conjunto de procedimentos, hierarquias e hábitos relativamente previsíveis e limitados, esses são os tempos da “estabilidade” do relacionamento-Estado. (García Linera, 2008, p.392) (, p.392)<sup>9</sup>

9. No original: (...) una estructura de relaciones políticas territorializadas y, por tanto, son flujos de interrelaciones y de materializaciones pasadas de esas interrelaciones referidas a la dominación y legitimación política. Esta relación-Estado siempre es un proceso histórico político en construcción, en movimiento, en flujo. Pero hay momentos de su historia que este devenir se mueve en un marco de procedimientos, jerarquías y hábitos relativamente previsibles y acotados, esos son los momentos de la “estabilidad” de la relación-Estado. (, p.392)

Após diversas críticas, partidas inclusive do presidente Evo Morales, García Linera abandonou o discurso de capitalismo andino e passou a adotar o “socialismo comunitário do bem viver”, como uma junção das satisfações das necessidades materiais humanas “*através do diálogo vivido com a natureza, preservando-a também para preservar o destino e o bem-estar comum das futuras gerações de todas as coisas vivas.*”, utilizado como o modelo nacional-produtivo de governo (GARCÍA LINERA, 2011, p 71). O socialismo é um horizonte sonhado por quem não quer viver sob os ditames do capitalismo, e, na Bolívia, o socialismo comunitário é dado como esta forma de organização de sociedade dentro das particularidades bolivianas, uma busca por equidade que os povos originários já lograram em outras épocas e que está em construção:

A nova Constituição define um longo caminho em que os bolivianos gerarão mais riqueza, participarão diretamente na distribuição dessa riqueza e tomada de decisões, e implantaremos e habilitemos todo nosso potencial, nossa criatividade, inteligência e sociabilidade em um longo processo, ao qual em seu fim é o socialismo comunitário que, anteriormente, tem que passar por um período de transição, uma ponte, nós temos que construir toda a capacidade democraticamente, de forma pacífica, participativa, ampliando a riqueza, o trabalho comum e a capacidade associativa comunitária que temos nos bairros e comunidades, na



medida em que esta se expande, ele vai irradiar e melhorar a construção de uma nova sociedade. (GARCÍA LINERA, 2010, p. 7)<sup>10</sup>

O socialismo comunitário está vinculado à expansão da vida comunitária boliviana, a uma combinação de formas de vida comuns, privadas e de trabalho comum, usufruto individual e associativo, que é possível a partir do momento em que se abrem possibilidades de construí-lo em outro capitalismo que “*junto com a produção industrial, tecnologia e mercado, ainda sobrevivem estruturas comunitárias, estruturas agrícolas da sociedade*” e é justamente o que diferencia o capitalismo boliviano dos outros existentes, perfazendo um caminho de longo prazo que leve a um socialismo comunitário ( p. 13). São considerações que precisam ser problematizadas, pois exprimem contradições entre práticas de governo e discurso, além de basearem-se em políticas neodesenvolvimentistas que favorecem alianças de classe e despolitizações dos movimentos contestatórios de base, principalmente em longo prazo.

Sobre o debate acerca do Estado Plurinacional, Pablo Mamani acrescenta que a vida econômica e política dos povos originários (em sua grande maioria aimarás, quéchuas ou guaranis) não mudou em grande medida, exceto para algumas elites dirigentes e, para justificar tal afirmação, Mamani relembra que principalmente entre os anos de 2010 e 2011 o governo masista enfrentou duas relevantes crises<sup>11</sup> com os próprios movimentos sociais indígenas, de onde veio Evo Morales (MAMANI, 2011). Para Mamani, a violência policial, a mesma cometida nas guerras da água e do gás, continua sendo um problema, assim como os conflitos com a Central Operária Boliviana por ajustes de salários, que demonstram a queda de aceitabilidade do governo de Morales. Ressalta que há uma grande frustração por parte de muitos setores da sociedade que lutaram para que este governo fosse eleito, setores que observam que o poder, como dominação social, é o mesmo poder de antes e o Estado continua colonial e racista como antes e contra o qual promoveram levantes que marcaram a história do país. Continua seu embasamento crítico afirmando que a linguagem “revolucionária eurocêntrica” da qual se utiliza principalmente García Linera, está anulando os ganhos históricos dos povos originários a partir do momento em que encobrem os pactos com a burguesia. Mamani dá como exemplo a constituição e o reconhecimento do Estado Plurinacional que, ao falar de autonomia, reconhecimento e inclusão, prevê que apenas 7 dos 130 lugares na Câmara dos Deputados sejam de indígenas originários. Diz ainda que suas teses não tratam de “fundamentalismo indígena”, como alguns críticos de dentro do Estado pretendem caracterizar, afirma que se trata de reparar a igualdade de direitos civis, de cultura e inclusive de território aos que os povos originários têm direito. Mamani aponta várias perguntas que indicam a sua interpretação sobre o governo masista, o qual, para o autor, não está promovendo nem revolução, nem reconhecimento e nem reforma agrária para os índios, que são a maioria oprimida no país. Se o governo “*autoriza a entrada e comércio de sementes e de produtos geneticamente modificados para a Bolívia*” não está agindo a favor das transnacionais? Se há conflito com a maioria dos povos indígenas, existe “*governo revolucionário ou contra-revolucionário e anti-indígena na Bolívia*”? A “*revolução agrária da terra*” também não

10. No original: *La nueva Constitución define un largo camino en el que los bolivianos generemos más riqueza, participemos directamente en la distribución de esa riqueza y en la toma de decisiones, y despleguemos y habilitemos todas nuestras potencialidades contenidas, nuestra creatividad, inteligencia y sociabilidad en un proceso largo al final del cual está el socialismo comunitario que, previamente, tiene que atravesar un periodo de transición, un puente, que tenemos que construirlo todos: de manera democrática, pacífica, participativa, ampliando la riqueza, el trabajo en común y la capacidad asociativa comunitaria que tenemos en los barrios y en las comunidades, en la medida en que todo esto se expanda, se irradie y se potencie estaremos construyendo un nuevo tipo de sociedad.* (GARCÍA LINERA, 2010, p. 7)

11. A primeira crise se refere ao “Gazolinazo”, que aconteceu em dezembro de 2010, quando García Linera anunciou um aumento no preço do petróleo – que culminou no aumento não só dos combustíveis (73% na gasolina, por exemplo) – mas também na alteração de toda a economia do país, medida denominada pelos críticos de “gazolinero”, em alusão ao nome do vice-presidente. A medida foi anunciada por García Linera pelo fato do presidente Evo Morales não se encontrar no país na data. A segunda crise faz referência ao conflito do “TIPNIS”, que teve seu estopim em agosto de 2011, quando os indígenas foram às ruas em grandes marchas para impedir a construção de uma estrada que passaria pelo “Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Secure”. Sem consulta prévia aos povos indígenas locais, o governo boliviano – com o apoio dos governos brasileiro e venezuelano – tentou construir uma estrada atravessando essa reserva e território nacional indígena, como parte de uma série de ações da antiga IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), uma instância regional aglutinadora dos projetos de infraestrutura no subcontinente. O governo local considerou o investimento como prioridade por reforçar o desenvolvimento e a presença estatal, melhorando os caminhos entre os departamentos de Beni e Pando.

aconteceu, e assim, como se pode avançar na descolonização se implicaria também numa “descolonização do território”? (MAMANI., 2007, 2011)

### Conclusões: rupturas ou continuidades?

A demanda pela construção de um Estado-nação na Bolívia tomou fôlego a partir das lutas antiimperialistas pela não privatização dos recursos naturais, bem como da legalização do plantio de coca, que tendiam à recuperação da identidade indígena, englobando cultura e território. Com os novos discursos, García Linera trouxe a substituição de vários outros termos que, de fato, encobriam o caráter de reformas trazidas pelo governo masista, quando subordinação passou a dar lugar a soberania, onde o Estado colonial passou a denominar-se plurinacional e, finalmente, o patrimonialismo deu lugar ao Estado Moderno, cada vez mais estável política e economicamente. Ao inaugurar um período de estabilidade no país, estar-se-ia vivendo um melhor momento para a construção de uma nova sociedade, do que o período anterior à eleição evista? Qual a relação, hoje, do governo com os movimentos sociais, que foram responsáveis por sua eleição? (apud FORNILLO E PUENTE, 2010, p 49) ratifica que se formou um novo bloco no poder, mas “*Precisamos de um novo bloco de decisões, de configuração institucional das três áreas do poder do Estado. E, além disso, existem outras áreas onde o poder deve ser definido*”. Agregam ao debate que:

Esse discurso, de aparência mais “radical”, poderia dar a impressão de que em seu segundo mandato, o governo de MAS iria “virar à esquerda” ... Basicamente, é apenas uma maneira de vender mais ilusões de que alguma coisa vai mudar no raquítico capitalismo boliviano [...] Esta abordagem, juntamente com as autonomias de diferentes sinais, e a alegada “soberania econômica” (como diz Linera) daria o caminho para isso leve - por geração espontânea - ao “socialismo comunitário” sem luta pela revolução socialista. (FORNILLO e PUENTE, 2010, p. 54)<sup>12</sup>

12. No original: Este discurso, en apariencia más “radical”, podría dar la impresión de que, en su segundo mandato, el gobierno del MAS estuviera “girando a la izquierda” En el fondo, es simplemente una forma de vender más ilusiones de que algo cambiará en el marco del raquítico capitalismo boliviano. ( ) Esta perspectiva, sumada a las autonomias de diferentes signos, y la supuesta “soberanía económica” (como dice Linera) le darían el camino libre para que se produzca - por generación espontánea - el “socialismo comunitario” sin lucha por la revolución socialista. (FORNILLO e PUENTE, 2010, p. 54)

Boaventura de Souza Santos destaca, ainda no primeiro mandato do MAS, a característica moderada das nacionalizações que não incluem expropriações, garantindo assim segurança e continuidade jurídica dessas ações. São elementos que expressariam, para o autor, o pilar de toda democracia e governabilidade (SANTOS, 2006). A partir do momento que não se realizam expropriações e continua-se a manter um diálogo e uma aliança com a classe média, começa-se a firmar um novo pólo de apoio ao governo masista, fato que respaldaria nossa hipótese de que na Bolívia, estamos frente à formação de um novo bloco no poder, num sentido poulantziano do termo, onde outra fração de classe burguesa assume hegemonia (POULANTZAS, 1977). Esse diálogo entre classes e frações de classe explica também porque discurso e práticas (neo)desevolvimentistas junto à interdependência estabelecida nos países que defendem as mesmas ideias de nacionalizações vem se fortalecendo no cenário político latino-americano. Enquanto que para Pablo Stefanoni, a Bolívia encontra-se frente a um novo ciclo nacionalista, em uma encruzilhada histórica com o nacionalismo militar das décadas de 1930 e 1940, com a revolução nacional de 1952 e com o breve ciclo de nacionalismo operário-militar da década de 1970. A “encenação” das nacionalizações mediante a ocupação militar dos poços de gás teria como objetivo resgatar o novo nacionalismo indígena junto ao velho nacionalismo militar, propondo um novo

pacto camponês-militar, procurando sua articulação em um governo indígena popular que pretende incorporar as Forças Armadas ao processo (STEFANONI, 2006). Até porque as nacionalizações da Bolívia evista foram muito mais moderadas do que as do último governo nacionalista, encabeçado pelo Movimento Nacional Revolucionário - MNR, continua-se a primar pela industrialização e desenvolvimentismo em moldes burgueses. Lembremos que a Bolívia é um país de baixo desenvolvimento capitalista e riqueza baseada nos recursos naturais – petróleo e gás – e assim, nos perguntamos se estamos assistindo a uma tentativa de formação de uma nova fração dominante do bloco no poder, que denominaremos, na ausência de um conceito mais adequado, burguesia de Estado. Existe uma nova fração da burguesia que podemos denominar *paceña*, em referência a cidade de La Paz e com contradições com a grande burguesia de Santa Cruz? Observamos um processo de nacionalizações? Com que limites? Existe um “empoderamento” do Estado com o objetivo de desenvolver um novo modelo produtivo, em quanto é promovida a “cidadanização” das massas populares?

O período de transição e consolidação do socialismo comunitário parece firmar o capitalismo de Estado nacionalista e reformador trazido por Mesa Gisbert com a agenda de outubro, que não foi cumprida de forma integral. As Forças Armadas, junto ao governo masista, têm garantido a unidade nacional do país; governo este que, apesar dos altos índices de aprovação obtidos pelo presidente em seus primeiros anos no poder, já enfrentou greves e paralisações nas ruas, a exemplo de que aconteceu no “gazolinazo” de dezembro de 2010 e do conflito do TIPNIS, em agosto de 2011. Forjando uma nova esquerda através de um contraditório reformismo, o vice-presidente segue afirmando que “*nosso horizonte estatal é um horizonte horizonte socialista*”, um longo caminho onde “*os bolivianos devem gerar distribuição de riqueza e participar na tomada de decisões*” que no final resultaria no socialismo comunitário, uma vitória ainda não garantida. Em nenhum momento García Linera fala na superação do Estado que é em sua essência burguês, por ser um produto histórico da separação em classes da sociedade. Afirma que a Bolívia passa por uma “renovação ou substituição radical de elites políticas” através da reconstrução de um novo bloco de poder econômico-político-simbólico desde o Estado, “*embasada no ideário da sociedade mobilizada*” (GARCÍA LINERA apud García LINERA et. al, 2010, p. 13). A partir da demanda de luta vivenciada desde 2000, a redistribuição dos recursos seria a base econômica da construção desse novo bloco de poder, como “*resultado de uma derrota histórica-moral e política-cultural das antigas classes dominantes*” (p. 14).

Porém, o vice-presidente não aponta claramente qual a diferença classista do novo bloco no poder, restringindo-se a identificar uma identidade étnica nesse novo bloco, sem indicar também uma estratégia de longo prazo para além da industrialização extrativista como modelo produtivo de Estado. Afirma que o governo objetiva que as elites tradicionais reconheçam a nova elite de origem indígena camponesa e pequeno burguesa e que os índios não querem desfazer as elites oligárquicas existentes, mas que pretendem compartilhar o poder através de “*um capitalismo com maior presença do Estado*”, caracterizando uma política de conciliação

de classes (GARCÍA LINERA, 2007; STEFANONI, 2007). Com esse discurso, García Linera confirma nossa hipótese indicativa<sup>13</sup> de que existe a formação de uma nova burguesia de Estado, construída através do poder político, que se articula com uma nova fração da burguesia empresarial andina importante no seio do governo Evo Morales. Esta nova burguesia estabelece vínculos com os empresários venezuelanos “patriotas” que caracterizam a “burguesia bolivariana comercial importadora” e que conforma uma aliança que hegemoniza o bloco no poder no projeto masista revolucionário (DURAN GIL, 2008; LA CALLE, 2009). Entendemos, então, que não existe uma caminhada rumo ao socialismo, porque não é questionada a propriedade privada burguesa. Estaríamos, pois, frente à formação de uma nova burguesia de estado - construída através do poder político do líder boliviano - que se articula com uma nova fração da burguesia que denominaremos “burguesia pacheña” e que juntas conformam uma aliança que hegemoniza o bloco no poder.

O MAS tem desenvolvido uma variante do capitalismo dependente que novamente recupera frações burguesas estatais (que vão se somar às frações mineira, agroindustrial e oligárquica) para compor o novo bloco no poder de demanda nacional-popular, que contemplam também a soberania indígena e a inserção dos mesmos no sistema político. Contudo, é um bloco no poder de caráter neodesenvolvimentista que continua favorável ao capital estrangeiro, principalmente em longo prazo e que mesmo mantendo diferentes interesses relativamente permanentes, se homogeneízam para garantir a dominação política no Estado. Todavia, é relevante destacar os interesses dos diferentes setores mais do que realizar abordagens morais acerca do governo masista.

Entendemos, por hora, que mesmo ensaiando um novo bloco no poder no país, o governo masista não representa uma alternativa em termos substantivos de superação capitalista. Frente ao debate sobre as articulações entre as frações de classe que hoje compõem o bloco no poder na Bolívia, interessou-nos, também, identificar os efeitos gerados no Estado, nas políticas socioeconômicas em longo prazo.

Contudo, concluímos que a recaptura do nacionalismo boliviano está vinculada a uma resposta a um sistema de exploração, mesmo que tais contestações por muitas vezes não questionem as raízes desse sistema. Desta forma, apresentamos o conceito poulantziano de bloco no poder para a análise crítica do governo boliviano, por ser um conceito que nos permite entender que existe uma pluralidade de frações de classe hegemonizadas por uma fração destas no bloco no poder, sem que haja ruptura na unidade do conjunto das classes dominantes, chamadas, na ausência de um termo mais adequado, de burguesia pacheña. Muitos elementos críticos nos são fornecidos a partir da caracterização de um governo nacional-popular que se apresenta como representante das massas, assumindo um discurso que problematiza uma mudança de paradigma em toda a América Latina, mas que ao mesmo tempo permite a aliança com frações da burguesia e a precedente formação de um bloco no poder com elementos novos vinculados a uma burguesia de Estado. Mesmo apresentando elementos nacionalistas e anti-imperialistas no discurso, esse novo bloco no poder continua se sustentando no extrativismo como

modelo neodesenvolvimentista. Concluimos, pois, que a relativa força e continuidade do governo evista só se explicada pela carência de “recambio” tanto por parte da direita, como da esquerda política.

A relevância da nossa análise também consiste em direcionar caminhos para se entender por que esse discurso neodesenvolvimentista é popular. É preciso desmistificar o processo de mudanças na Bolívia como se estivéssemos diante de um momento de logros revolucionários e com diferenças impactantes em relação a outros governos anteriores. Os problemas que se discutem agora já estavam postos antes da chegada de Evo Morales à presidência, mas eram problematizados. O “vivir bien” e o “plurinacionalismo” não parecem ter constituído o eixo discursivo do MAS. Com nossa hipótese, problematizamos se o governo de Morales forja a socialização do poder político e não problematiza a socialização dos meios de produção, nem através de nacionalizações, que continuam a favorecer o extrativismo, e nem através de expropriações, que não estão previstas nem na constituição, somando-se a esses fatores a força do componente militar como parte da postura do governo.

Assim, entendemos que qualquer aliança burguesa constitui-se como um movimento pensado pela hegemonia que, frente à crise do capital em sua fase neoliberal, ensaia possibilidades de reforma dentro do sistema capitalista, e, por esta razão, pôde-se visualizar uma nova situação política no subcontinente: a eleição de governos com altos índices de popularidade e o fortíssimo grau de cooptação sindical desses governos. O diagnóstico é um só frente à situação de crise mundial do capitalismo, através da análise concreta da realidade concreta – conforme propunham Marx e Lenin – o que define uma alternativa socialista é a luta de classes, que é barrada diante alianças policlassistas e pela via de reformas que acabam por cooptar o movimento das massas seja na Bolívia contemporânea ou em outro lugar e momento histórico. Antagonicamente, o governo masista pretende articular-se utilizando do aparelho do Estado, uma nova conformação social que privilegia setores da burguesia estatal e de uma nova “burguesia paceña” (de origem indígena e aliada aos movimentos populares ou não). Independentemente das conclusões políticas aqui apresentadas e que em grande medida foram caracterizadas como reformistas, nosso objetivo consistiu também em fornecer elementos para poder pensar como transcender a sociedade capitalista, diferenciando uma proposta anti-imperialista, com elementos nacionalistas, de uma proposta socialista. Sem desqualificar os ganhos obtidos através da luta de classes na última década no país, e até mesmo durante o governo nacional-democrático de Evo Morales, entendemos que a grande contradição dos novos modelos de governo na América Latina reside em não questionar diretamente a divisão internacional do trabalho construída pelo imperialismo.

## Referências

GARCÍA LINERA, Álvaro. *Las tensiones creativas de la revolución*. La quinta fase del Proceso de Cambio. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional, Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional, 2011. Disponível em: <http://www.rebellion.org/docs/134332.pdf>. Acesso em: 10 abril 2014.

LA CALLE. *La burguesía de Santa Cruz y el apoyo a un colla*. 2009. Disponível em: <http://tuffiare.wordpress.com/2009/08/23/la-burguesia-de-santa-cruz-y-el-apoyo-a-un-colla/>. Acesso em: 24 maio 2014.

CUNHA FILHO, C. *Evo Morales e os Horizontes da Hegemonia: Nacional-popular e Indigenismo na Bolívia em perspectiva comparada*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio, 2009.

DE SOUZA SANTOS, Boaventura. Evo Morales e a democracia. In: *Revista OSAL*, Observatorio Social de América Latina, año VII, no. 19, p. 33-35, 2006. Disponível em: <http://www.hechohistorico.com.ar/Trabajos/Osal/osal/osal19/org/santos.pdf>. Acesso em 12 jun. 2014.

DURÁN GIL, Aldo. Bolívia: Duas revoluções nacionalistas? In: *Perspectivas*. Revista de Ciências Sociais. UNESP, 2008. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1457/1160>. Acesso em: 12 ago. 2014.

FORNILLO, Bruno; PUENTE, Florencia, Dossier Bolivia. Buenos Aires. In: *Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe*, 2010. Disponível em: <http://iealc.sociales.uba.ar/files/2011/06/04-dossierbolivia.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2014.

GARCÍA LINERA, Álvaro. El evismo: lo nacional-popular en acción. *Revista OSAL*, Observatorio Social de América Latina, año VII, no. 19, p. 25-32, p. 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal19/linera.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2014.

GARCÍA LINERA, Álvaro. *Las élites compartem el poder*, 2007. Disponível em: [http://www.constituyentesoberana.org/3/destacados/otrosdest/mayo2007/290507\\_1.html](http://www.constituyentesoberana.org/3/destacados/otrosdest/mayo2007/290507_1.html). Acesso em: 31 ago. 2014.

GARCÍA LINERA, Álvaro. *La potencia plebeya: Acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

GARCÍA LINERA, Álvaro. El Estado en transición. Bloque de poder y punto de bifurcación. In: *El Estado*. Campo de lucha. Muela del Diablo Editores; Comuna; CLACSO: La Paz, 2010. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/33258897/Grupo-Comuna-Estado-Campo-de-Lucha>. Acesso em: 23 jun. 2013.

GARCÍA LINERA, Álvaro. et. al., *El Estado*. Campo de lucha. Muela del Diablo Editores; Comuna; CLACSO: La Paz, 2010. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/33258897/Grupo-Comuna-Estado-Campo-de-Lucha>. Acesso em: 25 jul. 2014.

GOHN, Glória da M. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

HARNECKER, Marta; FUENTES, Federico. *MAS-IPSP de Bolivia: instrumento político que surge de los movimientos sociales*. La Paz, 2008. Disponível em: <http://www.rebellion.org/docs/67155.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2014.

MAMANI, Pablo. *¿De pre existentes a la colonia a subversivos? Pueblos indios originarios y el gobierno de Evo Morales*. Bolpress Periodismo ciudadano, 2011. Disponível em: <http://www.bolpress.com/art.php?Cod=2011091604>. Acesso em: 13 mai. 2014.

MURAKAWA, Fabio. *“Burguesia Aimara” faz fortuna com Evo*. 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/internacional/3784364/burguesia-aimara-faz-fortuna-com-evo>. Acesso em: 5 dez. 2014.

ORELLANA AILLÓN, Lorgio. Hacia una caracterización del gobierno de Evo Morales. In: *Revista OSAL* (Buenos Aires: CLACSO) Año VI, N° 19, Julio, 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal19/aillon.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2014.

PEÑA e LILO, Julio E. “Procesos constituyentes en el mundo andino. Bolivia y Ecuador en perspectiva comparada” In: *Revista OSAL* (Buenos Aires: CLACSO) Año X, N° 25, abril, 2009. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal25/06pena.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2014.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo, Martins Fontes, 1977.

SANTAELLA GONÇAVES, Rodrigo. *Marxismo e indianismo na Bolívia: inovações teóricas no pensamento político do grupo Comuna*. 35° Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2011. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal25/06pena.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2014.

SVAMPA, Maristella; STEFANONI, Pablo. “Entrevista a Álvaro García Linera: ‘Evo simboliza el quiebre de un imaginario restringido a la subalternidad de los indígenas’”. In: *Revista OSAL*. Buenos Aires: CLACSO. v.8, n.22, setembro de 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal22/AC22SvampaStefanoni.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2014.

SVAMPA, M., STEFANONI, P., FORNILLO, B. *Balance y perspectivas Intelectuales en el primer gobierno de Evo Morales*. La Paz: Le Monde Diplomatique Edición Boliviana, 2010.

STEFANONI, Pablo. El nacionalismo indígena em el poder. *Revista OSAL*, Observatorio Social de América Latina, año VII, no. 19, p. 37-44, 2006. Disponível em: <<http://www.hechohistorico.com.ar/Trabajos/Osal/osal/osal19/org/stefanoni.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2011.

STEFANONI, Pablo. *Queremos un capitalismo con mayor presencia del Estado*. Entrevista com Alvaro García Linera, 2007. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticias/2007/5/51113.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2014.

STEFANONI, P., RAMIREZ GALEGOS, F., SVAMPA, M. *Biografía política e intelectual: Álvaro García Linera*. La Paz: Le Monde Diplomatique Edición Boliviana, 2008.

TAPIA, Luis. *La coyuntura de la autonomía relativa del estado*. La Paz: CLACSO; MUELA DEL DIABLO EDITORES, 2009. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/coedicion/coyuntura.pdf>>. Acesso em: 13 de mai. 2014.

TAPIA, Luis. *El estado de derecho como tiranía*. La Paz: CIDES – UMSA, 2011.

